

ELIANA CALMON ALVES*

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

1 - Poderia Vossa Excelência falar sobre sua vida profissional?

Resposta - A minha vida profissional foi bem diversificada por circunstâncias alheias à minha vontade. No início do ano de 1969, logo depois de ter colado grau, transferi minha residência para o Rio de Janeiro em razão do meu casamento. Ali tive dificuldade em conseguir trabalho como advogada, diante da minha inexperiência e desconhecimento do foro do Rio.

Ocorreu, nesta época, um fato interessante. Um amigo de minha família, sergipano radicado em Salvador, ao levar-me uma encomenda de minha mãe, ofereceu-se para apresentar-me a sua irmã, Juíza Federal, a fim de que ela me orientasse profissionalmente. A juíza era a grande Maria Rita de Andrade, a primeira mulher a tornar-se Juíza Federal, escolhida para o cargo pelo Presidente Castelo Branco, quando da recriação da Justiça Federal pela Lei 5.010/66, dentre os seus advogados sediados no Rio de Janeiro. Maria Rita recebeu-me muito bem, procurou saber quanto tempo eu tinha de casada. Ao ouvir como resposta dois meses, passou-me um grande cartão, dizendo: menina, volte para sua casa, tome conta de seu marido e trate de ter os seus filhos. Você pensa que é fácil esta vida profissional? Não há encantos – é só trabalho e luta. Fiquei decepcionada, mas não segui o conselho. À época, não havia concursos públicos abundantes. Então decidi fazer o curso especial de administração de empresas em dois anos, oferecido aos já graduados.

Dois anos depois, voltei para Salvador, minha terra, para onde foi transferido o meu marido. Ali resolvi advogar, engajando-me no escritório de um colega de turma.

Passados mais dois anos, meu marido foi novamente transferido – agora para Natal, no Rio Grande do Norte. Fiquei desolada, pois perdia, com a transferência, o meu trabalho. Em Natal, dois meses depois de lá chegar, soube, pelo jornal, de um concurso para professor – auxiliar de ensino – da Universidade Federal. Não tive dúvida, inscrevi-me no concurso e arbatei a única vaga existente.

Fiquei na Universidade como professora por dois anos, deixando-a quando passei no concurso para Procurador da República. Fui lotada em Pernambuco, onde militei por dois anos.

Em 1976, quando o meu marido foi transferido de Natal para Brasília, acompanhei-o e fui lotada na Subprocuradoria-Geral da República. Estava muito bem como procuradora, muito conceituada e amada pelos meus colegas, mas não satisfeita com o meu trabalho. Estávamos na época da ditadura militar, e os procuradores que atuavam perante os tribunais eram meros pareceristas, cujo trabalho era revisto pelo Subprocurador-Geral – não tinham independência alguma. Decidi fazer o concurso para Juiz Federal, a fim de reciclar os meus estudos. À época, não eram muitos os cursos e pouquíssimos os cursos de pós-graduação.

Passei muito bem no concurso e então decidi assumir como Juíza Federal em Sergipe, já acertada com um colega da Bahia, o hoje Ministro Castro Meira, para com ele permutar. Fiz essa opção depois de muita relutância, pois gostava muito da Procuradoria da República. A decisão foi tomada diante da falta de estrutura do órgão e pela falta de independência dos procuradores, à época. Fiquei durante dez anos como Juíza Federal na Bahia, até ser promovida para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, criado pela Constituição de 1988. No Tribunal, atuei como juíza por dez anos, até que em 1999, fui indicada para o Superior Tribunal de Justiça. Como podem ver, foi uma carreira muito diversificada.

2 - Como Vossa Excelência avalia a reforma do Poder Judiciário em curso no Brasil?

Resposta - A Reforma do Judiciário foi pouco profunda, lamentavelmente, deixando de alterar aspectos estruturais de importância fundamental. Mas foi a reforma possível, depois de mais de dez anos de tramitação.

3 - Qual a opinião de Vossa Excelência sobre a súmula vinculante e a súmula impeditiva de recursos, o controle externo, o nepotismo e outros pontos da Reforma do Judiciário?

Resposta - Entendo que a súmula vinculante não trará nenhuma melhora qualitativa ou quantitativa a médio ou longo prazo, servindo apenas para melhorar um pouco a situação do Supremo Tribunal Federal, assoberbado de demandas repetidas. O sistema, altamente concentrador, não ocorre por um acaso e sim pela necessidade de manter aberto o acesso a um Tribunal essencialmente político.

A súmula impeditiva é um meio termo da súmula vinculante, e me parece que poderá surtir algum efeito no sentido de diminuir o número de processos. Digo poderá, porque o grande número de demandas gerado de um só litígio existe em razão de as partes procurarem não uma decisão justa e sim uma liminar, outorgada rapidamente. Na busca de uma liminar ou tutela antecipada, usam os advogados de todos os recursos possíveis, aproveitando-se de um sistema recursal extremamente rico. O sistema, inclusive, amesquinha a magistratura de primeiro grau, porque retira a autoridade da decisão do juiz singular, pois permite a revisão de todas as decisões interlocutórias.

A parte que não consegue a liminar ou a tutela antecipada recorre buscando a sua obtenção em seguidas investidas recursais e a parte contra a qual é concedida a tutela, antecipada ou de urgência, faz o mesmo caminho, buscando derrubar a decisão, gerando recursos e mais

recursos, cautelares e mais cautelares. O sistema permite que, de um litígio antes do seu julgamento meritório, originem-se mais de quinze providências, entre recursos e medidas cautelares.

O controle externo tornou-se indispensável, porque os Tribunais de Justiça e Regionais, com um pouco menos de largueza esses últimos, pela presença do Conselho da Justiça Federal, administram o funcionamento do primeiro e segundo graus de jurisdição ao sabor dos seus próprios interesses, marcando a administração com um caráter bastante subjetivado, sem projetos institucionais de longo prazo. A administração do Judiciário sempre foi pautada nos moldes do presidente da Corte, com a mudança constante pelo rodízio presidencial. A cada gestão mudam-se as prioridades, as rotinas, os cargos de direção, os critérios de avaliação gerencial e até a decoração dos edifícios. Segundo minha ótica, o controle externo levará a uma uniformidade de gerenciamento, possibilitando a decolagem do Poder Judiciário para a modernidade como um todo e não isoladamente como ocorre ainda hoje.

Quanto ao nepotismo, no momento, estamos presenciando o lamentável espetáculo de apego ao passado, a um sistema de administração promíscuo e deletério, que corrói as entranhas da administração de qualquer órgão. A mistura dos interesses públicos com os interesses privados não pode ter lugar nos dias de hoje, sob pena de atropelo aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativas.

4 - Tendo atuado no TRF da 1ª Região, como Juíza e Desembargadora, como vê Vossa Excelência o desempenho da Justiça Federal no cenário nacional?

Resposta - Preocupa-me sobremaneira a velocidade da interiorização da Justiça Federal, feita, segundo entendo, sem atender a um critério técnico adequado, atendendo a interesses políticos e trabalhada por quem não entende do assunto Justiça.

A Justiça Federal é altamente especializada, e a interiorização, muitas vezes, provoca um alto custo à máquina estatal, sem a contrapartida de acesso ao Judiciário, esta a razão invocada para a interiorização.

Observa-se que a grande concentração das demandas mais complexas, envolvendo questões de Direito Administrativo e Tributário, continua nas varas federais das capitais, onde estão os grandes escritórios. Nas pequenas cidades do interior dos Estados, sem expressão econômica, tramitam nas varas federais apenas as execuções fiscais e as ações contra a Previdência que, sozinhas, provocam o grande inchaço da Justiça Federal. Assim, cria-se uma vara federal com dois juízes federais, um titular e um substituto, em uma cidade do interior, e em torno dos dois juízes, nasce uma estrutura extremamente cara com prédio adequado, servidores, biblioteca, procuradorias, etc., para atender basicamente a execuções fiscais e ações contra a Previdência. Antes, tais ações tramitavam na Justiça Estadual, já estruturada e com maior número de juízes. Com a criação de uma vara federal são os feitos concentrados perante um ou dois magistrados – foi o que ocorreu, por exemplo, em Juiz de Fora, comarca com muitos juízes estaduais. Criada a vara federal, todos os processos da Previdência, que tramitavam regularmente, foram concentrados em um só juiz. Virou um caos, nada andava – e até hoje a Justiça Federal em Juiz de Fora padece com a lentidão na tramitação dos feitos. É o que tecnicamente se chama de disfunção da norma, ou seja, a lei vem para benefício social, mas tem efeito contrário.

As varas federais interiorizadas não conseguem solucionar o problema dos inchaços das varas das capitais, como ocorreu em São Paulo, por exemplo, ao tempo em que se pulverizam os recursos alocados à Justiça Federal, empobrecendo a estrutura como um todo.

5 - Como poderia o Poder Judiciário, ao ver de Vossa Excelência, colaborar para deter o avanço da criminalidade, em proveito

da segurança pública, hoje em crise, sem, entretanto, enfraquecer as garantias de defesa do cidadão?

Resposta - Uma das causas do avanço da criminalidade é a certeza da impunidade; e a impunidade é também traduzida em demora na prestação jurisdicional. Assim, uma forma de a Justiça colaborar para deter a criminalidade seria acelerar a tramitação dos feitos. Sem justiça rápida, teremos sempre uma sociedade doente e o crime é a doença social.

6 - Acredita Vossa Excelência que os aspectos negativos dos últimos acontecimentos políticos, alertando nosso povo para a necessidade de bem exercer o direito do voto, possam redundar no aperfeiçoamento das instituições democráticas no país?

Resposta - A sociedade brasileira é ainda manipulada pelas políticas demagógicas e assistencialistas, poderosa arma em uma sociedade que ainda luta pelos direitos mais primários, como a alimentação e a habitação. Mas os desmandos governamentais apresentados pela mídia, especialmente a televisão, que tem uma força fantástica, capaz de colocar a população alerta às manobras eleitoreiras. Daí o grande papel da imprensa e da intelectualidade que precisam ser alimentados, em favor da cidadania, independentemente de política partidária.

7 - Avalia Vossa Excelência, que vem adotando posicionamentos firmes no que concerne à questão ambiental, que é perfeitamente possível conciliar o desenvolvimento econômico da Amazônia com a proteção de sua biodiversidade?

Resposta - Os países desenvolvidos e preocupados com a questão do meio ambiente têm obtido vitórias significativas no campo de preservação, sem impedir o crescimento tecnológico e o crescimento econômico. Com base nas experiências desses países, é possível acreditar

que não seria diferente com o Brasil. A dificuldade é saber exatamente como fazer para desenvolver o gigante verde, sem tocar na sua floresta. Daí a importância dos estudos de desenvolvimento sustentável, a partir de verdades científicas e não de opções políticas.

8 - Qual a sua visão da proposta de outorga de concessão pública para a exploração de nossas florestas pelas empresas privadas e pelas populações nativas?

Resposta - Não tenho ainda opinião formada, mas creio que o meio-termo, como proposto, é melhor do que a posição radical impedindo totalmente a utilização. É uma experiência que precisa, necessariamente, de fiscalização e assistência científica séria.

9 - Nas últimas décadas, tem crescido significativamente a participação da mulher na vida social, econômica e política dos países de diversas regiões do mundo. Nesse contexto, como situa Vossa Excelência a mulher no âmbito do Poder Judiciário no Brasil?

Resposta - O Judiciário foi o último dos Poderes a abrigar na sua cúpula a mulher magistrada. Essa característica tornou a mulher magistrada arredia aos movimentos feministas. Elas não participam de atividades femininas – é uma espécie de defesa contra o antagonismo dos homens aos movimentos de mulheres. Com o tempo, a novidade está acabando, as mulheres estão chegando à cúpula do Poder Judiciário e estão mais flexíveis e sensíveis, não só olhando, mas percebendo aquelas que ainda precisam da força do movimento em defesa delas próprias.

10 - Sabe-se que Vossa Excelência sempre conciliou o magistério público com suas atividades, primeiro no Ministério Público Federal e depois no Poder Judiciário Federal. Poderia Vossa Excelência referir-se à sua atuação como professora? Que conselhos daria a seus alunos sobre como se conduzirem no mundo do Direito?

Resposta - A atividade do magistério sempre foi para mim extremamente gratificante, encantadora mesmo. Trabalhar com a juventude, preparar o futuro, olhar além do presente é uma forma de realizar sonhos e vencer a crise de mediocridade que, de um modo geral, cerca as pessoas felizes. Explico melhor, quem é feliz não precisa mudar, não quer alterar as coisas, pela sensação de que a mudança poderá alterar o seu mundo. Mas esta é uma falsa sensação, pois perdemos o que conquistamos, se não alimentamos a conquista dentro dos padrões dos novos tempos. Assim, o magistério é a forma de mantermos a felicidade pelo que somos e conquistamos, repassando para a próxima geração o que aprendemos.

Dentro dessa perspectiva, com a experiência que tenho nesses vinte e sete anos de magistratura e quase trinta e oito anos de carreira jurídica, posso dizer aos jovens que nem a modernidade, nem a pós-modernidade foram capazes de mudar as coisas no campo do saber: somente o estudo dirigido e determinado é capaz de levar ao sucesso profissional. Não adianta querer enganar a si e aos outros. Somente com dedicação e estudo pode-se alcançar êxito no trabalho nas diversas áreas jurídicas – sem contar naturalmente com o passageiro sucesso de alguns advogados que, sem nada saberem, usam expedientes e subterfúgios para sobreviverem. São eles bem-sucedidos catadores de dinheiro, sem alcançarem a felicidade de qualificarem-se como profissionais de escol.

11 - Vossa Excelência já publicou um manual de cozinha muito apreciado por quem manipulou e experimentou as suas receitas. Que nos diz desse seu *hobby*?

Resposta - É sempre gratificante dividir o nosso lazer com as pessoas que nos são caras, e a culinária é uma magia, é a nossa entrega aos nossos comensais. A mesa sempre foi, historicamente, uma poderosa arma de conquista, haja vista os banquetes dos primórdios tempos, as recepções oferecidas aos soldados romanos em cada terra conquistada, o

fausto das refeições da época feudal e a sofisticação da cozinha moderna. A cozinha de um povo conta a sua história de vida. Daí a dimensão da culinária, indo além do preconceito da mulher moderna – aquela que deixa a cozinha com receio de tornar-se submissa ou parecer serva. Decididamente, a cozinha não é uma das servidões da mulher – a servidão não está na atividade exercida, está na alma de cada um.

No meu primeiro livro de receitas, publicado em 1995, sustentei, na apresentação, com todas as letras, que era possível às mulheres tornarem-se profissionais atuantes e reconhecidas, sem deixar de exercer atividades gratificantes e tradicionalmente caracterizadoras da mulher, como, por exemplo, a culinária.

12 - Que mensagem aquiesceria Vossa Excelência em dirigir aos que querem abraçar a Magistratura?

Resposta - A magistratura é, na minha visão, uma atividade sedutora e gratificante. Sedutora, porque os juízes vocacionados se dedicam cada vez mais aos afazeres, que passam de trabalho a deleite intelectual. Gratificante, pelo reconhecimento social que desfruta o bom juiz. O magistrado verdadeiro, aquele que se entrega à atividade judicante, não precisa de *market*, ele tem o apreço da comunidade jurídica que o distingue.

O que é preciso mais para ser feliz, senão a sedução do dia-a-dia pela vida e a gratificação interior pelo que se faz?